

Aurélio de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*Braga ao tempo das crises e da usurpação: o Diário de Aurélio António Baldino**

Resumo

Nesta breve comunicação faz-se a utilização de uma fonte documental, até ao presente inédita, acerca dos acontecimentos políticos (como também sociais e económicos) que se desenrolaram na Cidade de Braga durante os anos de 1578 a 1582. O seu autor – Aurélio António Baldino de profissão “clérigo e escrevedor de breves”, familiar do Arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires ao mesmo tempo que partidário de Filipe II de Castela, deixou-nos um impressionante quadro destes acontecimentos, nos quais pessoalmente participou. É, na verdade, um texto memorialista mas é também um verdadeiro diário de guerra (aqui apenas parcialmente e sumariamente utilizado). Baldino traça-nos um quadro imparcial (pois pertencia ao partido espanhol) destes acontecimentos, permitindo-nos visionar de um outro modo certos factos bem como o comportamento de certas personagens (como, por exemplo, o do Arcebispo) ao mesmo tempo que também precisa certas datas e certos acontecimentos tanto da história política (como social e económica) tanto desta cidade como do Reino – dada a importância que esta cidade e as suas autoridades acabaram por assumir no decurso da crise política que levou à perda da independência nacional.

Abstract

This brief paper presents a study of a documental source that has remained unpublished to date, on the political (as well as social and economic) events that took place in the City of Braga during the years from 1578 to 1582. Its author, Aurélio António Baldino, “clergyman and letter writer” by profession, relative of Archbishop D. F. Bartolomeu dos Mártires and partisan to Filipe II of Castile, left us an impressive portrayal of those events, in which he personally participated. Although it is in fact a memorialist text, it is also a veritable war diary (here only partially and summarily used). Baldino draws an impartial picture (he was after all on the Spanish side) of these events allowing us to develop a different perspective on certain facts and also on the behaviour of certain figures (such as, for example, the Archbishop). Furthermore, certain dates and events become more precise, relative to not only the political (as well as social and economic) history of this city

but also of the kingdom – given the important role this city and its authorities came to have in the development of the political crisis that led to the loss of national independence.

I. Nota introdutória

O *Diário* de Aurélio António Baldino (de que hoje aqui apenas pontualmente nos servimos) é uma rara fonte documental porque directa e pessoal de alguém que assistiu e viveu estes anos politicamente conturbados, de 1579-82 seguindo os acontecimentos políticos dia a dia, por vezes, de hora a hora. Ela assume também importância como documento relativo à situação económica e social que se viveu em Braga por esses anos, documentando a fome e as dificuldades da população como ainda os flagelos das doenças e da peste que castigaram a cidade nesses anos de 1579-80 e ainda pelos anos posteriores, assinalando a escassez de géneros, os altos preços, as maleitas, as doenças e as mortes. Tempos difíceis e dramáticos. Por causa da peste são fechadas as escolas em Braga em Março de 1581 (*Índice das Cartas, n.º 48*) e pelo mês de Janeiro de 1582, na sequência de rigoroso inverno e grandes tempestades a maior parte da cidade cairia doente, tendo-se repetido aqui as dantescas procissões de disciplinantes “pera (com elas se) aplacar a ira de nosso *senhor*” (Baldino. 144/144v; Oliveira, *Braga e o Arcebispado*).

Estas circunstâncias constituem um quadro de fundo no qual devemos também inscrever as revoltas e alterações políticas, visto que, de facto, elas se constituíram também como uma forma de motins e revoltas populares. A referência de que a Revolta não passou de um motim de cristãos novos arregimentados pelo Licenciado Caldas são mais do que suficientes para ilustrar este caldeamento global, de revolta contra o senhorio da cidade e dos abusos de toda uma administração temporal – contra cujos excessos se debatia o próprio Prelado. Uma clara situação de fome e de dificuldades (que, aliás, se confessa em várias desta documentação) propiciadora de roubos, saques motins e alvorotos.

Há, de facto, nesta contestação política a Filipe II, muita contestação, contra a pressão económica e social, saídas de situações de miséria como é o caso expresso de recusa às imposições foreiras. E há, por outro lado, o testemunho directo, quando a revolta se imputa essencialmente a um estrato – o da gente vil – que rouba, mata, retém e recusa as rendas, acusando disso lavradores que vieram à revolta e que se meteram nestas acções, tentando desacreditar a revolta política de D. António. Afinal, toda esse casta de gente “*dos que não tem que comer ... ruim gente, negros, lavradores e alguns frades ... gente vil*” (*citado em Rolo, 21*). Esta rápida referência de recusa às imposições foreiras, (*doc. citado em Rolo, 31*) contra as rendas e a presença de lavradores nos motins é, de facto, sob este aspecto, particularmente importante e carece muito de ser chamada à colação. A opressão das imposições foreiras sobre um estrato miserável era grave

e será mesmo um dos males que o Arcebispo, avisada e ousadamente tentara, em vão, remediar (Oliveira, *Braga e o Arcebispado*).

Esta ocasião única de revolta política foi, seguramente, aproveitada por todos tentando, em momento tão propício, inverter a situação ou aproveitar-se deste momento em que diversas personalidades políticas se posicionaram em campos diversos e opostos. Parece-nos ser o caso exemplar dos escravos, que abordaremos noutras circunstâncias. (Oliveira, *A Revolta*). Esta tentativa de alteração da opressão ou mesmo a perspectiva da sua total remoção, emprestou e deu à revolta política um condimento que não temos visto referido nestas circunstâncias mas que indubitavelmente está presente. Este tecido degradado e oprimido da população esmagado ainda por circunstâncias particularmente adversas, como mostram as dantescas procissões de flagelantes a repetirem-se nas ruas em Braga (e não só), facilitaria também esta revolta, sem dúvida, essencialmente política. O estrato que do ponto de vista económico e social representava a manutenção ou mesmo reforço das estruturas tradicionais, posicionou-se do lado de Filipe II. Diria que a causa primeira e principal seria política, mas favorecida por um quadro económico e social altamente propício ao empolar do protesto popular, geralmente conotado e sempre mais protagonizado pelos estratos médios e inferiores da população. Na verdade, os mais acossados e entalados pelas adversidades materiais do quotidiano, genericamente, se posicionaram ao lado dos “menores”. Essas dificuldades eram particularmente graves, por esta altura. Vinham já de tempos atrás mas permaneciam bem presentes até 1582: más colheitas e fomes, as doenças e maleitas várias.

Aurélio António Baldino

Muito pouco poderemos adiantar, por agora, sobre este Aurélio António Baldino (poderá ter ainda algum parentesco com o Justo Baldino que nos é conhecido para os tempos anteriores e que nos finais do séc. XV fora Bispo de Ceuta)?

Por agora e segundo os dados contidos no seu diário retiramos a informação de que era um italiano, eclesiástico, de profissão “escrevedor de breves” (*meu officio de escrevedor de breves*, (Baldino, 210v) tendo prestado serviço ao Rei de Portugal e ao Arcebispo, tanto na Itália como em Portugal.

Seguramente um colaborador de Fr. Bartolomeu que possivelmente o terá trazido consigo do Concílio de Trento. Escreve alternadamente em português e italiano. Por sinal, num português bem correcto.

Anota, com pormenor de jornalista bem atento, os acontecimentos que presença e outros de que lhe vão chegando notícia anotando a falsidade de alguns sempre que o pôde confirmar. Uma verdadeira guerra de contra-informação perpassa aqui no seu texto sempre vivo e acutilante. Os acontecimentos passados no cerco e tomada do Porto são impressionantes. Sentimos aqui um ver-

dadeiro repórter de guerra nesses longínquos e dramáticos anos de 1580-81 com uma vivacidade e envolvimento que hoje ainda poderia causar inveja a muitos “escrevedores”. O mesmo se diga dos acontecimentos que presencia e nos quais chega a tomar parte activa em Braga.

Acompanharia novamente o Arcebispo nas Cortes de Tomar.

Seria um simples eclesiástico mas sabemos que se tornou Cónego com Prebenda na Colegiada de Guimarães (de cujos companheiros deixou lista no seu Diário). Ainda o quisera fazer “vizinho” de Braga propondo-lhe que aqui casasse com mulher de boa renda e “onesta”. Não há notícia de que se tenha demovido com a aliciante proposta...

Entretanto, não vimos qualquer rasto deste “escritor de breves” nas gentes bracarenses, nem nos biógrafos do Arcebispo, sendo particularmente estranho que uma figura tão próxima do Prelado não tenha sido referida nem anotada por Fr. Luís de Sousa.

Deixou-nos um Diário onde misturou muitos dados pessoais, empréstimos, cobrança de honorários, compras, compromissos, anotações sobre o tempo, as fomes as doenças e pestes, por vezes não cronologicamente seguidos em todo o códice mas sempre devidamente datados – relativos aos anos de 1577 até 1582. Também a crónica dos acontecimentos que interessam a todo o país, mas principalmente à Braga destes anos, em tempo de crise política, mas também em tempos de verdadeira crise económica e social. É certo que os apertos abrandariam um pouco durante essa década (de oitenta) mas os tempos aqui abrangidos fazem ainda parte do mesmo troço anterior em que as dificuldades apertaram sobremaneira pelas terras de Entre Douro e Minho, e não só, pois algumas foram crises gerais e bem graves (Oliveira, *Braga no tempo do Arcebispo*).

Dada a extensão do texto (umas 250 páginas) por vezes com assinaláveis dificuldades de leitura em muitas delas pelo mau estado em que se encontram, bem como a necessidade de um ordenamento cronológico, torna-se impossível proceder aqui e hoje à sua publicação a que, entretanto, iremos proceder de seguida. No que respeita a Braga aproveitamos algo do relativo aos acontecimentos do tempo da usurpação onde constam dados até hoje desconhecidos, corrigindo muitas datas e acontecimentos desses dias conturbados. Fazêmo-lo em justa homenagem ao autor que tanto (e bem) tem escrito sobre Braga e suas Instituições.

II. Preâmbulo

1. Todos conhecemos o processo político proximamente desencadeado com o esmagamento de D. Sebastião e a sua nobreza em Alcácer, em Agosto de 1578. Ficou aberto como se sabe, o caminho para Castela consumir a união política ibérica. Ambição há muito tempo perseguida e seguida de muito perto desde morte de D. João III. Dizia, de facto, um atento observador – um espião francês –

– que desde 1560 que na Corte de Madrid, se não falava (ou architectava já outra coisa) que não fosse obter a sucessão na Coroa de Portugal (Matos, 223). Isto seguramente com Alcácer ou sem Alcácer.

2. À altura destes acontecimentos era Arcebispo e Senhor de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (1559-1582) – um dos mais notáveis prelados da Mitra Bracarense.

3. O curto período de 1578 a 1581 em que Filipe II acaba tomando a ambicionada coroa nas Cortes de Tomar foi um dos mais agitados da História nacional, que acabou por dividir transversalmente a sociedade portuguesa sinteticamente tomada por duas figuras principais: Febo Moniz e Cristóvão de Moura, com uma figura-chave central indecisa e só aparentemente neutra – velho Cardeal D. Henrique pois o que fez – ou não fez – se destinou, de facto, a inutilizar as pretensões do Prior do Crato.

Tudo isto tendo por pano de fundo um Reino minado por uma profunda crise moral e política, uma notória debilidade económica que, ou deixava de lado os interesses estratégicos e específicos do aparelho político (caso da grande burguesia internacional), ou ambicionava por um reforço ou pela presença de uma Coroa poderosa que lhe assegurasse a boa exploração do complexo ultramarino, por todo o lado em franca recessão e que, na verdade, constituía a base e a boa garantia de prossecução das suas fortunas. O documento que abaixo se menciona é bem explícito. O Arcebispo de Braga ao suspender e perseguir pregadores e confessores suspeitos de partidários de D. António é claro numa das justificações: “que todos entendã os grandes, geraes e comũs proveitos de todos por terem sua Magestade por Rey e senhor, pois o trato, commercio e contratação he já commum e universal que isto hera o que em geral e particular conuinha” (*BN. Res. 1119//3A. Edital*). Assim, bem claro!

Na retaguarda um país interno, grandemente debilitado com a esmagadora maioria da população divorciada do processo político, já que sistemática e selectivamente afastada da possibilidade prática de participar das principais comedorias do complexo ultramarino. Todo esse quadro inscrito num movimento de longa recessão desencadeado a meados do século e nos últimos tempos particularmente agravado, do ponto de vista económico e social para a esmagadora maioria da população metropolitana. Com efeito, as crises de subsistência (em grande parte motivadas ou agravadas por afecções climáticas adversas) (Oliveira, *Clima e colheitas*) e particularmente concentradas nas zonas mais populosas do País – como era a generalidade do Portugal atlântico – viram-se seguidas ou coincidentes, com um surto e repetição continuados de doenças, maleitas, pestes e mortes, algumas gerais, atingindo todos, dos campos às cidades, por vezes duramente castigados. As concentrações urbanas – principalmente as do litoral – refaziavam-se ou refizeram-se pela fuga das populações campesinas em sua direcção iludindo parte das suas perdas ainda que tentando

por todos os modos afastar e tirar de si as populações em fuga, famintas e doentes. Em síntese, um quadro de “enfermidades” de “uma terra exausta” (Sousa, *II*. 265).

4. Anda o quadro político largamente documentado, ainda que não tanto aquele referido quadro interno para o qual, na esmagadora maioria, nos continuam a faltar os dados quantitativos atinentes quer à produção agrícola e mesteiral quer também ao exacto comportamento demográfico, ainda que por vezes pontualmente ilustrados com estudos importantes – caso por exemplo para Coimbra e seu termo (Oliveira, *Vida Económica*. Traçamos o quadro desta evolução em termos médios e longos em *Braga e o Arcebispado*).

5. Esses acontecimentos próximos assumiram gravidade diferente consoante lugares do Reino e as tendências que as principais figuras iam manifestando, quer em relação ao pretendente nacional – O Prior do Crato – quer a Filipe II que o seu hábil agente – Cristóvão de Moura – dia a dia ia sistemática e selectivamente comprando, vergando as pessoas mais decisivas para a solução final, a contento de Filipe II.

Braga seria um desses lugares em que os acontecimentos assumiriam relevo, quer pela posição que o seu venerável Arcebispo acabou por tomar, quer pelos motins e desordens desencadeadas entre partidários de D. António e de Filipe II que acabaram por envolver, de forma definitiva, a sorte do Arcebispo. Este, na sequência desses acontecimentos, praticamente renunciaria (alegando falta de saúde: “Serviu El Rei, o ceptro e a Coroa de lhe encurtar a vida” – diria Fr. Luís de Sousa (Sousa, *II*. 264)). No decurso das contendas (em 1580) teria mesmo de se refugiar na vizinha Galiza acolhendo-se à protecção territorial do Monarca espanhol (pelo menos pondo-se a coberto da sorte imediata das desordens ocorridas na sua cidade e termos próximos).

6. No testemunho de Fr. Luís de Sousa a intervenção do Arcebispo fez-se logo que a população deu sinal de mostrar para que lado pendia: “Acudiu o Arcebispo mostrando-lhes a obrigação que havia de obedecer aos governadores deixados por el rei D. Henrique e esperassem a sentença da Sucessão”. Mas a prática não resultou no imediato: “Não bastava nada e queriam todavia, que a cidade se declarasse por D. António e sem dúvida o efetuaram se o vulgo melhor conhecido do muito que deviam ao Arcebispo e mais agradecido não resistira de armas na mão, protestando não seguir outro que aquele que o Arcebispo lhes nomeasse” (Sousa, *II*. 267). Parece lógico que os partidários de Felipe II assim fariam. Mas, na verdade, a sociedade estava dividida e, na sua esmagadora maioria, pendendo para D. António (não só em Baga, como no genérico do Entre Douro e Minho).

Em síntese: entre um e outro desses momentos teve que sair de Braga. Regressaria por directa intervenção das armas de Castela. Depois daqui partiria para as Cortes de Tomar com os partidários de Felipe II já eleitos como pro-

curadores, como por todo o lado. Seria ali cumulado de deferências (o monarca espanhol fá-lo-ia do seu Conselho). Seria também nas suas mãos que Filipe II assumiria a Coroa e prestaria o solene Juramento de guardar a individualidade da mesma, não incorporando as duas Coroas. Viria, porém, a solicitar a renúncia no fim dessas Cortes. Pouco depois concedida, acolher-se-ia ao Convento Viana que havia fundado. Eis, em síntese, os últimos passos do Arcebispo.

Todavia, as coisas não se passaram tão linearmente como Fr. Luís de Sousa nos quer dar a entender.

Esta actuação de D. Fr. Bartolomeu foi denunciada por uns, genericamente minimizada ou desculpabilizada por outros, logo a partir do seu primeiro e notável biógrafo – Fr. Luís de Sousa. O grande vulto eclesiástico do Arcebispo e a sua notável acção reformadora e formadora à frente dos destinos da Mitra bracarense como também no âmbito do Concílio de Trento, tem – a nosso ver – impedido um juízo desapassionado acerca da sua movimentação global nestes acontecimentos políticos. Campos de acção que podem e devem ser separados nesta crise política que atingiria Braga envolvendo nela decisivamente o seu Arcebispo e de modo muito mais profundo do que se tem pensado e dito.

7. A gravidade destes acontecimentos políticos, tem porém, outros ingredientes, atinentes o quadro económico e social, que em parte ajudarão também a compreender algumas destas revoltas que, aqui e por vários lados, assumiriam, de facto, a forma de motins e revoltas populares. Nesta altura principal e fortemente conotados com as claras e próximas motivações políticas.

Como referimos, não tem sido chamada essa componente a este quadro mas ela está efectivamente presente. As circunstâncias de um quadro económico e social debilitado ajudariam a compor a reacção política (brevemente sanada, na verdade), o mesmo não acontecendo naqueles outros quadros (novamente compostos com novas revoltas e motins populares, sobretudo na década de Noventa e já pontualmente documentados em anos de Oitenta.) Novos apertos nos anos seguintes (como em 1587 – ano muito escasso de pão) motivariam novos motins em alguns pontos do Arcebispado (Oliveira, *O Motim de Murça*), continuados, dois anos depois, na própria cidade com outra revolta ainda que de natureza e origem imediata algo diferente.

8. Por outro lado, é nada pacífica ainda a questão política. Ainda se terçam armas num e outro campo quanto ao envolvimento ou não do Arcebispo – respeitando ou não questões de *Jure* ou actuações, *de facto*. Não vamos envolver-nos em tão magna e apaixonada questão nem meter-nos no duelo – que não é este o nosso objectivo de hoje.

Vamos, na verdade, limitar-nos principalmente à divulgação de uma fonte documental (de facto desde há muito referenciada) e que, entretanto, não vemos nem vimos utilizada até hoje, apenas recentemente apontada (*Bracara Augusta n.º 93. 1990. 686*), acerca destes acontecimentos e desta crise que se viveu em

Braga por estes anos. Tem o particular interesse de provir da mão de um estreito colaborador do Arcebispo – Aurélio António Baldino – praticamente desconhecido e que, entretanto, também, não vemos referido, por parte dos biógrafos do Arcebispo.

III. Os acertos da crónica política

Conviria, no entanto, aclarar alguns paços relativamente a esses acontecimentos, ainda que muito sinteticamente.

Ao que uma parte da Historiografia já sustentava (que podemos cristalizar em torno do que deixou dito Fr. Luís de Sousa e D. Rodrigo da Cunha: “Nas alterações do Reyno e rezões delle, esteve sempre neutral. Por fugir parcialidades se foi pera Tuy cidade de Galliza” (Cunha, 380), juntou-se recentemente mais alguma documentação que não deixa de melhor aclarar e esclarecer a movimentação do Arcebispo no decurso desta crise mostrando-nos um envolvimento muito para além do que se suspeitava: “a defesa da causa de Felipe II – por considerar ser esta a causa que melhor servia a pacificação do Reino” (Serrão, *O Prior, D. Fr. Bartolomeu; História*, 85; Vide também, *Bracara cit.*, 680-686).

O *Diário* de Aurélio Baldino alarga consideravelmente os testemunhos praticamente tomados dia a dia, por vezes de hora a hora, quer sobre o Arcebispo quer sobre os acontecimentos.

Após o recontro de Alcântara (25 de Agosto de 1580) desvaneceu-se praticamente a resistência a Filipe II. A partir daí, cairiam mais rapidamente os indecisos e vacilantes. Depois os resistentes.

Entretanto, já as coisas se tinham precipitado em Braga, desde a primeira aclamação de D. António. E de modo não inteiramente coincidente com o que nos transmitiu o grande biógrafo do Arcebispo – Fr. Luís de Sousa.

O que se pode adiantar é que desde Maio-Junho de 1580 a maior parte das sessões da Câmara já se não realizaram por falta de comparência de Vereadores Doenças? É verdade que também serviram para justificar. Todavia, a expectativa de saber para que lado cairiam as coisas também para isso deve ter logo contribuído (*Bartholomaeana, III. Passim*). É neste mesmo mês de Maio (a 11) que o Arcebispo recomenda aos povos de toda Arquidiocese para que esperem a decisão dos Governadores e outrossim “aceitassem e a eleição daquele que for melhor para o seu santo serviço” (*Bracara*, 672).

Mas já havia agitação: “duraram as desordens (dos prós e contras) até que veio notícia que os governadores tinham fugido do Reino e se haviam passado Castela”. Estes, fugiam para Ayamonte – em 29 de Junho de 1580 – facto que precipitaria ainda mais os acontecimentos: “durou a quietação até que chegou recado dos governadores serem saídos do Reino e passados a Castela. Então se juntou corpo de gente; e persuadidos que estavam com liberdade pera seguirem o partido que tinham por melhor pera todos tomaram animo e fizeram reque-

rimentos públicos ao Arcebispo que o reconhecesse por seu rei, aduzindo até o facto de D. Fr. Bartolomeu ter sido preceptor de D. António”. Tudo em vão: “Extremamente escrupuloso, em carregar sua consciência em qualquer matéria onde intervisse prejuízo de terceiro de nenhuma maneira se decidia a dar voto. Quanto mais fazer-se autor em causa tão pesada e de todo alheia de seu estudo, como era a pretensão do Reino” (Sousa, *II*. 268).

Subiriam, pois, de tom as movimentações durante todo o mês de Julho.

Logo em o “primeiro de Julho o Arcebispo fez chamar a Camara a muitos da cidade e em Rellação pera prover no necessario e emlegerão por capitão mor Diogo de barros o qual estava ia elleito mas como digo pera elleger Sargento mor e foi chamado Simeão toscano ... o qual dizem que falou perante o Arcebispo muito mal emsinado portanto o prenderão e o levarão ao Castello as 4 depois do meio dia se tornarão a iuntar no paço com o Arcebispo e iuntos ellegerão sargento mor Damião dalmeida escrivão dante o vigario omem onrado e tambem disposto, o qual esteve em Roma dous ou tres annos”.

A chamada Proclamação de Castro Marim, de 11 de Julho – embora saída apenas de 3 dos Governadores – atribuiria o trono a Filipe II. Pouco depois entravam as suas tropas.

Em 22 deste, o Arcebispo recebeu uma carta da parte de El Rei (*Bartholomaeana*, 15). Desconhecemos o conteúdo dessa carta. É de presumir que tentando pôr cobro ao crescendo favorável a D. António e dando conta daquela proclamação. Por todos os motivos Braga era e representava uma posição estratégica importante. Ao que se apercebe, até do ponto de vista populacional. Refere Fr. Luís de Sousa que por esses anos Braga era uma “terra grande” (Sousa, *II*. 266). Segundo uma relação coetânea contaria por então uns 12.000 habitantes (Serrão, *O Prior*, 161) – o que, a ser verdade, praticamente a igualava ao Porto.

Na última semana de Julho as coisas iam já alteradas na cidade. Dizia, então, o nosso repórter de guerra: “Esta Çidade de Braga anda muito alevantada e se temem de motim e de ladroins (assim se chamava aqui aos “Antoninos”) e, por isso, “todas as noites hum Capitão corre a Çidade cõ muita gente” (Baldino, 112).

Em 2 de Agosto chegava a Braga um Corregedor e dois Auditores e logo se ajuntou muito povo na Casa da Câmara e no terreiro do Paço. Iam (pretendiam) mostrar suas patentes ao Arcebispo e vereadores. “O Arcebispo (porém), não os quis receber e os vereadores protelaram a resposta para o dia seguinte”. “Logo aqui muitos dizião que se devia dar resolução ao caso. Estranharam muito o Arcebispo os não querer receber”. Juntou-se logo muita gente pelas ruas e cercaram as casas dos principais da Cidade. Formaram-se “quadrilhas” e lançou-se pregão para se aclamar D. António. À frente dos amotinados estavam alguns eclesiásticos e não medianos. Entre outros “Jerónimo da Fonseca e um

seu tio Comendador de um mosteiro. D. António foi aclamado nas ruas. Grande parte do povo gritava em alta voz: “Viva D. António, Viva D. António” e começaram todos os conjurados de armas na mão a percorrer a Rua do Souto “forçando quantos encontravam e detiveram muitas pessoas”.

Entretanto, os do Arcebispo juntaram-se também e deu-se a primeira escaramuça na “strata de S. Marcos” “Os Filipenses, carregaram sobre os amotinados “gritando, agarra, agarra que são ladroins”! Diz o repórter: “eu próprio me vi no meio da confusão e tive que me refugiar na casa de um amigo meu”! Assistiu a tudo: “Foi coisa stupenda a bastonada que levaram e depois foram perseguidos por rapazes armados de sachos”. Certamente não apenas por eles, pois Aurélio Baldino, de costas acauteladas dentro das portas do amigo, confessou que “parecia o fim do mundo”. Houve repressão na cidade. Os filipenses – os tais rapazes (???) – correram as ruas e as praças e algumas casas dos Antoninos “e mataram à sacholada um tal António da Cunha”. Durante toda essa noite foi na cidade grande rumor e as praças e “strata” de S. Marcos guardadas por gente armada” (Baldino, 113v/114).

Os dias seguintes foram preocupantes para o Arcebispo e os seus: Em 4 de Agosto espalhou-se na cidade que vinha muita gente armada de além Cávado. Martim Lopes de Azevedo (Comendador da Ordem de Cristo) era Alcaide-mor da Vila e tinha alçado ali bandeira por D. António. Para ali se tinha recolhido também o Corregedor que o Arcebispo se recusara a receber e, entretanto, também o Vereador Giraldo Martins – “Precursor” por Braga que fora nas Cortes de Almeirim. “Pôs se a cidade de vigília e encarregou-se da defesa um Francisco de Britto. Este, porém, durante uma procissão junto a Sta. maria bianca” fora de portas, onde se encontrava quase toda a cidade “mostrando pouco respeito à pessoa do dito Senhor Arcebispo puxou da espada e feriu um homem da mourisca”. Os ânimos estavam bem quentes! Rebentou outro motim! Foi logo aí o fim do mundo: “Um rumor como nunca se viu”. Houve que retirar o Arcebispo da rua. Meteram-no dentro de uma casa para o proteger: “não sabíamos de que modo o havíamos de guardar vendo que os amotinados o queriam levar”. O Arcebispo ainda quis prosseguir com a procissão, mas foi obrigado a suspendê-la e a regressar logo à cidade, para onde veio “acompanhado de todo o povo armado e eu me encontrei presente a tudo com capa e espada!” (Baldino, 115/115v).

Os amotinados, protegido o Arcebispo, devem ter recolhido a Prado engrossando ali o número dos Antoninos (também aqui se corrigem e precisam as notícias destes acontecimentos).

Em 5 de Agosto chegou a nova de que Ponte do Lima aclamara D. António (Baldino, 115v). Redobravam as cautelas. Em 11 de Agosto, tocaram às armas pois se avistaram, durante a noite, muitas luminárias em redor da cidade. Soube-se que era Martim Lopes de Azevedo com a sua gente de Prado que se preparava para vir sobre Braga.

A 17 de Agosto o fronteiro-mor de Entre Douro e Minho – Luís de Brito – com uma escolta considerável procura demover o Arcebispo. Depois de se lhe impedir a entrada com toda a gente armada que trazia, este não conseguiria demover o Prelado. Retirou-se, então, acolhendo-se também a Prado. Os “filipenses” tomaram providências. Mandaram despejar (expulsar) muita gente da cidade, suspeita de pender para D. António: “por serem suspeitos e com eles acunados” Entre eles, Giraldo Aranha, Pedro Vieira e genro, António Madureira, Dr. Pedro de Barros, Manuel de Lemos, Ambrósio, Pedro e António Borges “e outros e outras” (Baldino, 116v). Giraldo Martins que, eleito, fora às Cortes de Almeirim (e que se tornará um figura principal da resistência (Baldino, 116) e o próprio secretário do Arcebispo). Desde aí ficou a cidade em armas e de permanente vigília.

Entretanto, em Prado cortava-se a saída aos de Braga. Em 20, Baldino anota que em Prado “Giraldo Martins e seus fautores prendem a gente de Braga e os manda à Correição de Ponte do Lima” (Baldino, 117).

Em 23 de Agosto se diz estar muita gente junta em Prado e com ela o Corregedor de Ponte do Lima e a 24 Giraldo Martins prendia o Auditor desta Cidade – Leão Borges – que trazia arcabuzes e pólvora, para o Arcebispo não o deixando passar. Quiseram libertá-lo por força de armas. Acharam mais prudente não o fazer! Martim Lopes de Azevedo teria então consigo uns mil homens “e muita gente lustrosa”(Baldino, 118). Finalmente, Martim Lopes de Azevedo permitiu-lhe sair e passar a ponte, tomando-lhe as armas e sem as munições que levava – “o que festejaram com salva de arcabuseria come vinciatori”!

Crescia o aperto e alastrava pelas terras de Entre Douro e Minho o alevante a favor de D. António: “quinta feira 25 dagosto 1580 a noite vieraão novas que se aiuntava gente em regalados e amtre omem e Cabado e que tocavão atambores e porque no mesmo dia per carta que mostrou o Doutor Pero Ribeiro derão novas que Luis de Britto estava sobre monção e mandava cattar gente e artelharia grossa e avendo receio de que pudessem vir sobre a Cidade pollo que de noite se puserão em armas e vigília e mandarão fora por escuitas e depois se disse que o romor de gente que ia pera môçon” (Baldino, 118v).

Em 26 de Agosto 1580 houve na cidade muita confusão: “as 10 oras da noite nesta Cidade de braga e tocarão arma dizendo que tinhamos os imigos a porta ... foi a revolta a maior que se nunca vio pella sospeita em que estavamos e mais por sairem alguns omens armados da Cidade em busca de outros e vierão as bandeiras falando mal do senhor Archispo e avendo muita gente fora de noite pollas devesas não sabendo o que era cuidando que erão imigos alevantaram grandissima grita e logo repricarão o sino do relogio do Castello e nunca tamanha confusão vi” (*sublinhado nosso mostrando a predisposição de deserção nas hostes do Arcebispo*).

Entretanto, em 28, Luís de Brito (Visconde dos Arcos e fronteiro do Entre Douro e Minho) fazia aclamar D. António em Monção.

Em 25 de Agosto dera-se, como se sabe, o recontro de Alcântara e de seguida a fuga do Prior para o Norte tentando resistir aqui. Cresceria de imediato a revolta e o alevante em Braga. Haveria que agir rapidamente antecipando acontecimentos imprevisíveis. Procede-se, então, à aclamação de Filipe II no Paço do Arcebispo, ratificada, logo depois, na Câmara do Município. A vereação aclamava Filipe II, a partir do Paço Arquiepiscopal com manifesta intervenção do Arcebispo (Ferreira, *Fastos*. 53/54). Mas ficou, logo ali, clara a recusa ou alheamento, com a ausência da generalidade da população – cuja resistência nos aparece bem mais alargada do que se tem deixado entender e do que disse Fr. Luís de Sousa.

A aclamação de Filipe II (feita a partir do Paço) deu-se 2 de Setembro (Ferreira, 53), a mesma, aliás, que o Arcebispo refere na carta a D. Garcia Sarmiento (*Bracara*, 680) – O recontro de Alcântara dera-se em 25 de Agosto: uma rápida tomada de posição a partir da principal terra do Minho que se antecipava e para servir de aviso e exemplo a todas as demais (*Bartholomaeana*, II. 18).

O Arcebispo justificava e especificava a conveniência da aceitação de Filipe II: “Ser determinado pelos governadores e atento o estado do Reino e também para quietação desta cidade e seu povo” (*Bartholomaeana*, II. 18). (Mas vejamos principalmente as manifestas e sérias ameaças de deserção – como acima fica manifesto).

Por aqui fica claro que já houvera ou haveria desordens na cidade e contestação a Filipe II e ao Arcebispo. Ficou manifesto, que tal como no Porto, o Prelado reprimiria em Braga os entusiasmos por D. António (Ferreira, *Memórias*, II. 164). E assim era. Numa das cartas para Sarmiento diz-se, porém, mais: “o dia antes que recebesse as vossas cartas (recomendando a aclamação de Filipe II) eu e esta minha cidade tomamos voz e allevantamos por Rei a Catholica Magestade delrei Dom Felipe” (*Bracara*, 680). Aurélio Baldino deixa aqui no seu Diário uma das páginas mais impressionantes e um testemunho do que genericamente se passava a nível das autoridades e do comportamento do genérico da população.

No primeiro dia de Setembro chegava a Braga a notícia da tomada de Lisboa e a fuga de D. António para Santarém. E logo no dia seguinte, dia 2, “às 9 oras do dia per mandado do senhor Arçebispo foi chamado o povo que se aiuntasse no paço em espaço de meia ora e se começou logo a romper que era pera allevantar el Rey filippe e iuntos na sala grande sairão da consulta o Provisor e Alvaro filgueira juiz e outros e em nome de *Sua Senhoria* propos ao povo o ditto allevantamento e que fossem votar sobre isso, ouve diversos pareceres e aiuntamentos e o povo quazi não queria pollo que lhe puzerão penna pera que fosse

votar e o Ouvidor deço ao terreiro a rogar aos Cidadaos e forão votar todos que era bem que se alevantasse e assi muitos do povo pello que mandarão alçar a bandeira de nossa Senhora, trombetas, charamelas, atabales e atambores e o Capitão mor Diogo de Barros saio com a bandeira diante do paço e alli disse tres vezes Real Real pello muyto alto e poderoso Rey Catolico dom filippe Rey de Portugal e outro tanto fizerão a porta do paço do conçelho e assi mesmo a porta do Castello e mandarão arvorar a ditta bandeira na torre da menaje do ditto Castello (e) derão muitos tiros de spingardas”.

Mas tratou-se, de facto, de uma cena patética em que o Arcebispo só e apenas com as autoridades da Câmara, forçou o alevantamento de Filipe II, vendo-se totalmente isolados do resto da população. Aurélio Baldino que ali estava presente, observando tudo o que se desenrolava debaixo de seus olhos, não pôde deixar de registar o que se passava, transmitindo-nos todo o dramatismo e desapontamento da população: “e somente os officiais da Camara e iustiça capitão mor fazião as ditas aclamaçoins e o povo não respondia nada e muitos chorando e estavão muytos” (Baldino, 120v). Uma cena dramática e patética.

Consumada esta encenação teatral, esperava com isso pôr quietação nos povos que já andavam alevantados: “espero pella bondade de Deos que o povo desta cidade daqui por diante viva em paz e quietaçam”. Disse: “de ontem pera qua tem mostrado o tempo nos vizinhos que andavam allewantados abrandarem de seu furor pello que por ora não me parece necessario vir a gente de la que V. m offerece” (*Bracara, 680*).

Mas, de facto, nem fora bem assim como o Arcebispo relatava na Carta ao Sarmiento. O “assossego” era de facto pouco e devera-se indubitavelmente à entrada de um apreciável socorro que só a pena de Baldino deixou registado. Nesse mesmo dia, sabemos agora, que para “acalmar” a população, uns mil homens, vieram dar aos filipinos a razão que não obtiveram do seu povo nas praças e ruas da cidade: “no ditto dia à noite vierão de socorro a esta cidade mil omens de Barçelos com 4 bandeiras e tambem vierão a Cidade muitos abbades com muitos arcabuzes”. Em vez de se acalmar extremavam-se os campos: “E tudo isto foi necessario fazer pellas continuas novas q vinhão da vinda de Luys de britto sobre a Çidade com muita artelharia” (Baldino, 120/120v).

Até Fr. Luís de Sousa deu conta da reacção à medida “aquietadora”. Acirraram-se os ânimos. Muitos “contradiziam a eleição e ameaçavam os que a tinham feito”(Sousa, II. 269).

E, na verdade, não houve de facto eleição alguma como vemos por este impressionante testemunho pessoal. Aliás, por outras algumas terras se assistiu à mesma patética encenação. Do mesmo modo se passara em Viana quando as autoridades ali fizeram o alevante de Filipe II: “quinta feira passada alevantarão el Rey filippe em Vianna e em ponte de lima (e) o alevantou as Camaras dentro

na Camara e (mas) o povo em baixo (na praça) andava gritando viva dô Antonio” (Baldino, *Ibidem*).

O alevante fora apenas do Arcebispo e da autoridades da cidade caucionados, de imediato, pela entrada de mais de mil homes e patidários de Filipe II. Aurélio Baldino presente nestes acontecimentos transite-nos um impressionante e dramático e triste testemunho – ele que era um adepto e criado do Arcebispo e que também pegara em armas por Filipe II: um Arcebispo e uma vereação já corrompida que aclamavam o usurpador nos salões do Paço Episcopal e nos Paços do Concelho e no Castelo encenando uma aclamação, dando vivas a Filipe II. Do lado de fora, na praça e nas ruas, uma população muda e queda chorando de raiva, de impotência e de vergonha totalmente alheada e divorciada deste *negócio* das autoridades principais da Cidade.

Mesmo com esse apreciável reforço vindo no mesmo dia, as coisas não acalmaram e a hostilidade mantinha-se como mostra a eleição que se pretendia fazer nos dias seguintes para ir levar a boa nova Filipe II: “quarta feira 7 de Setembro 1580 nesta Cidade de Braga determinarão de emleger os que avião de hir a el Rey”. Logo se juntou novamente muito Povo. Então “vendo” que todo o Povo estava sobornado (!!!...) determinou o senhor Arçebispo “q o povo não votasse e não quis q no tal dia se fizesse a elleição e determinando de a fazer elle mais quinze”. Presume-se que a isso estivessem reduzidos os partidários do Arcebispo e de Filipe II. De facto, um novo desaire (Baldino, 121).

Entretanto, acompanhavam-se os acontecimentos com muita contra-informação (de parte a parte). Recorreu-se à propaganda política. Em 10 de Setembro “se publicou aqui hum livro o Doutor gregorio roiz vigario geral neste Arçebispado a el Rey filipe em nome do senhor Arçebispo” (*Outra novidade. Imagina-se o teor e a finalidade do catecismo*).

Dá-se conta de que o alevante era muito mais geral no Arcebispo. Dispensava-se, por enquanto, o oferecimento de Sarmiento, suprido, como vemos em Baldino, com os homens de lhe vieram de Barcelos. Todavia, recomenda ao galego: “mas não deve V. mercê cessar com o que tem começado em mostrar que estão postos em armas pera que entendam os lugares da raya – *que não estão quietos* – e com isso desistam das vexações que até agora fizeram ... e o socorro que me offerece que o Senhor lho pague por my” (*Bracara, 680. Sublinhado nosso*). Fica claro – nos parece – que não aconselhando a imediata entrada do adiantado da Galiza, porque com mais de mil homens dentro de portas o escusava, mas achava estrategicamente conveniente a pressão das armas de Castela, ali, nas portas da terra portuguesa, não fosse o diabo tecê-las!

O Arcebispo enganara-se na reacção popular. Entalado entre a eleição que fizera e o crescendo dos alvoroços e “desconcertos que já começavam a trasluzir com as costas quentes do favor de todas as vilas grandes que à volta se tinham declarado por D. António” – disse Fr. Luís de Sousa.

De facto em fuga para o Norte, D. António acabara de entrar no Porto, que lhe oferecera resistência. O posto avançado de serra de Gaia caíra em 29 de Setembro ao primeiro assalto de uma “ala dos negros” que integrava as hostes de D. António: “serião 4 horas depois do meio dia”. Houve escaramuças e tiros de parte a parte nos dias seguintes até que no dia dois de Outubro durante a manhã “foi entrada a Cidade pelos Antoninos” e na “segunda feira 3 do ditto entrou na Cidade (em pessoa) dom Antonio” (Baldino, *fl. 127. Corrige-se, na oportunidade, as datas relativas a estes acontecimentos pelo testemunho directo de quem neles participou*).

Gizou-se, a partir daí, uma estratégia de fazer cair ou arregar outros lugares. O Arcebispo, por sobre uma contestação não apaziguada, antes mais avolumada, perderia o controlo da situação. “Vendo os seus desígnios frustrados da paz e quietação da cidade, despejou-a e foi-se refugiar em Tui” – na versão de Fr. Luís de Sousa – que mais não disse (Sousa, *II. 269-270*). Ora, também neste passo, as coisas não se passaram tão linearmente deste modo.

Não pudemos seguir dia a dia, por vezes de hora a hora, o nosso repórter, porque também ele fugido e escorraçado do Porto onde fora terçando armas pelo Arcebispo e pelo partido que tomara, vagueou por lugares vários, meio escondido meio convalescente, e só regressaria a Braga, para novamente nos dar o testemunho presencial dos acontecimentos, um mês depois. Exactamente “no derradeiro de outubro 1580” (Baldino, *128v*). Assim, infelizmente, os acontecimentos vividos na Cidade entre a queda do Porto e esta data não podem ser seguidos tão minuciosamente por esta preciosa fonte. Socorramo-nos de outras. Entretanto, vejamos o que se passava nos primeiros dias de Setembro.

Na vereação seguinte – 6 de Setembro – quando teve que se lançar uma derama para mais festança que a Vereação queria promover – é que se dá conta da gravidade da situação e do que se estava realmente passando “por a camara estar endividada e os povos della pobrissimos e por haver muitos dias que nenhũa mercadoria corre, nem officio (a cidade estaria pois praticamente cercada) nem há dinheiro pollas guerras e alvoroços q houve neste povo pollas diferenças que teve com seus vizinhos e com alguns naturais que a isso deram causa” (*Bartholomeana, 21*). Mas não era só: Pelo que acabámos de verificar por fonte mais descomprometida e isenta, o total alheamento ou hostilidade da esmagadora maioria da população. No testemunho impressionante e comovente de Aurélio Baldino isso era um facto e as reacções de hostilidade e contestação cresceriam.

A situação aclara-se mais nas sessões posteriores (26 de Outubro). Das lutas, (quer dizer que passadas entre o 27 de Setembro e 26 de Outubro) “resultou ficar a cidade despejada de gente o Sr Arcebispo fugido della e não haver governo, e haver nesta cidade grandes revoltas e inquietações e desassossegos e tanto que o povo que nela ficou (partidários de Filipe II) se não tinha por seguro e vivia sus-

peitoso de mortes e roubos tanto dos naturais della como de estrangeiros que iam e vinham da cidade do Porto” (*Bartolomeana*, III. 23).

Houve que precaver a defesa. E nesses alvoroços seguintes (que não podemos agora seguir por o nosso cronista andar fugido mas sem nunca, dia a dia, ir anotando as maleitas e infortúnios que se lhe depararam) algumas vezes tocaram a rebate os sinos da Sé, obrigando todos com pena de dois anos de degredo para África e o confisco de fazendas (argumentos decisivos – seguramente para quebrar entusiasmos por D. António) (*Ibidem*). Os revoltosos são, novamente, equiparados a quadrilhas de ladrões, gente amotinada que tudo rouba nos arredores da cidade. Era precioso o contributo de todos. Mas o Procurador do Concelho, Braz Campelo, parece ter vacilado para que lado cair: pediu então escusa do officio (ainda que por pouco tempo) (*Idem*. 23).

Passar-se-iam os episódios mais graves directamente motivados pela queda do Porto verificada nos primeiros dias de Outubro.

A maioria dos bracarenses revoltou-se abertamente contra a eleição e o seu Arcebispo. Refere Ferreira que fora apenas um pequeno grupo de cristãos-novos – amotinados pelo Licenciado Francisco de Caldas Pereira que para isso os arregimentara. É verdade que não lhes faltariam motivos para serem os primeiros revoltados (e depois incriminados), dadas as caçadas que a Inquisição vinha fazendo no seu meio. E pode agora juntar-se a justificação próxima dessa revolta dos cristãos-novos de Braga nesta oportunidade (*outra novidade muito importante sob este aspecto*).

O ano de 1579 ia já causticado por dificuldades várias, carestia de géneros, alta de preços e intempéries e doenças na cidade e arredores. Segundo o Diário de Baldino em 5 de Setembro de 1579 os Inquiridores de Coimbra afixaram edital nas portas da Sé contra os filhos e netos daqueles que tinham sido queimados ou sentenciados, declarando-os infames e inábeis para tudo, da parte da mãe e até um grau de parentesco da parte do pai até segundo irmão. Ora, em Braga, havia uma comunidade mercantil considerável, sobretudo em torno do trato de panos (mas não só), a maioria dos quais, de facto, cristãos-novos ou aparentados com eles. Instalou-se desde aí a revolta e o mal-estar contra os responsáveis da cidade, sobretudo entidades eclesiásticas. Esta comunidade estava, na verdade, muito aparentada nos cristãos-velhos e até no clero. Constituiria, de facto, um tecido fácil de incendiar e de amotinar, qualquer que fosse o pretexto. E ele surgiria muito em breve.

É manifesto, porém, que não foram os únicos nem os principais responsáveis.

Na verdade, muito do clero bracarense estava do lado do Prior do Crato, incluindo alguma da conezia. Alguns cónegos ficaram com o Arcebispo, mas outros tomaram o partido de D. António. Não se discutem agora as más vontades desencadeadas com a acção reformadora do Arcebispo, como se havia já verificado também a partir de Guimarães em 1576 não só no tecido eclesiástico,

como até no secular. O Prelado queixava-se amargamente do seu cabido “só os capitulares tudo perturbaram”, disse ele a propósito da sua hostilidade (*Bracara, 621*). Nos tempos posteriores a generalidade do Cabido nunca mais deixaria de lhe fazer oposição. A perseguição a alguns, por parte da Inquisição, também para isso terá contribuído.

A questão política dividiu profundamente o clero bracarense. D. António contaria aqui com fortes e apaixonados apoios, desde o clero regular ao secular (Serrão, *O Prior*). Um mendicante de Guimarães tentaria a reviravolta a partir dali. Segundo Baldino, saindo às ruas com um “pelotão de uns 200 rapazes”! Se fosse um por fogo toda a cidade estaria implicada no alevante!

As primeiras amotinções foram conduzidas por eclesiásticos dentro dos muros da Cidade. Na sociedade secular a clivagem era também enorme e um dos mais altos representantes da fidalguia da Província – Martim Lopes de Azevedo, senhor do Morgado e Couto de Azevedo, Alcaide-mor de Prado, Comendador da Ordem de Cristo, estava ou comandava essa oposição. Não se trata pois de um simples movimento de revolta e protesto dos cristãos-novos de Braga, que o Licenciado Caldas Pereira terá incendiado e trazido à praça, como se inculca. E é manifesta a tentativa de anular a rebelião e impedir adesões de gente mais grada conotando-os com um simples bando de marginais e ladrões e de miseráveis lavradores que “com escandalo de todos” *impediam as rendas!* (*dado este muito importante*). Ao que se apercebe por este novo testemunho, a maioria da cidade envolveu-se no protesto e na revolta. Sendo certo que a população seguia a sorte dos contendores, tanto num dia aclamaria uns, como no seguinte aclamaria outros (Caldas, *História, 302/303*). Fr. Luís de Sousa atestaria também esse fácil arrebanhamento do Povo: “bastava a decisão de poucos dos grados que logo eram seguidos do povo *fácil de levar*” (Sousa, *II. 266*). Mas é claro que funcionaria para os dois lados! De facto, em Braga onde o povo se revoltara, vemos que uns 80% dos que estiveram (ou foram levados) à lista da aclamação eram oficiais mecânicos e por sinal dos mais baixos estratos dos mesteres (*Bartholomeana, III. 16/20*). Portanto, e em suma, não havia só ralé na revolta ou alegado motim e a sua presença pode ter – e tem – outros significados.

Entretanto, parece claro, agora, que Braga assumia papel muito mais importante e mais vasto. Daqui partiria assistência, por mão do Arcebispo, para várias terras ameaçadas: “No dia 14 se disse nesta Cidade q o senhor dô Antonio vinha sobre o Porto e que mandava a ditto Cidade pidir socorro a esta de Braga ...Sesta feira 16 veio hum omem do Porto com carta ao senhor Arçbispo e camara em que dezião que dom Antonio queria vir sobre a ditto Cidade e quando chegou o Arçbispo estava em consulta pera mandar o ditto socorro antes que o mandassem pidir e detreminavão de mandar 300 omens e emllegerão p Capitão ao Doutor João nogueira e mandarão també a guimaraens e a Barçelos

e também mandarão ao Conde de lemos” (entre esses que foram ao Porto em defesa de Filipe II, estava o nosso repórter – Aurélio António Baldino – que nos deixou um vivo e impressionante testemunho desses dias do Porto).

Na realidade, passaram-se mais coisas que não constam em Fr. Luís de Sousa.

A cidade fora grandemente violentada entretanto com as revoltas dos partidários de D. António. As revoltas mais sérias e que motivariam a retirada do Arcebispo ocorreram depois de 22 de Setembro, em que a vereação ainda reuniu. As coisas em vez de sanarem agravaram-se e foram-se complicando sempre nos dias posteriores à aclamação no Paço. Ganharam mais ânimo com a queda do Porto (29 de Setembro / 2 de Outubro).

Entre os “estrangeiros” que iam e vinham do Porto estava aquele ilustre bracarense – Martim Lopes de Azevedo tratando de organizar na Província a resistência ao usurpador. Na primeira semana de Outubro Martim Lopes de Azevedo – que estabelecera quartel general em Prado – avançava sobre Braga (Serrão, *O Prior*, 134).

Apossar-se-ia da cidade, assumindo a sua jurisdição com o povo em revolta contra Filipe II, encurralando o Arcebispo e suas gentes. Ao cargo de Capitão-mor da Vila de Prado – onde fazia seu quartel-general arregimentando os povos de além Cávado – juntaria agora também o governo militar da cidade aquém do rio assumindo a alcaidaria-mor da cidade dos Arcebispos.

Do posterior libelo de excomunhão com que o Arcebispo de Braga o enredou constam alguns dos seus “crimes”. Por aqui sabemos que Jurisdição de Braga impediria o Cível do Porto de se ocupar da ocorrência, ameaçando o próprio juiz dos Feitos del Rei do Porto – o Doutor Lopo de Barros – de imediato acusado diante del Rey de protecção ao “herege” – assim etiquetado já que Lopes de Azevedo “tinha cometidos sacrilegios, ofensas, injurias e danos como foi entrar nesta nossa cidade de Braga e tomar a jurisdição ecclesiastica della pondo alcaides e meirinhos e justiças e mandando levantar forqua nella e entrar nos paços Arcebispaes por força, quebrando portas e tomando a fazenda do s.nor Arcebispo dom frey Bertolomeu e do conego Pero tavares e doutras pessoas ecclesiasticas e impedir o comercio das pessoas ecclesiasticas como fez, fazendose per força alcaide mor desta cidade e mandando prender pessoas ecclesiasticas e outras cousas conforme consta da respectiva desvassa que se tirou” (ADB, *Rerum*, Liv. 2, fl.116/116v). Por aqui vemos que a coisa foi bem mais grave do que consta nas outras fontes.

Não conhecemos a devassa onde constariam outros mais “sacrilégios” mas esta síntese mostra-nos, agora, o que se passara em Braga por mão deste partidário de D. António, bem conhecido em todas estas terras, mas aqui descrito como “um desconhecido – “um certo Martim Lopes de Azevedo”. (Coisas muito mais graves e alargadas, muito mais grave que o atribuído ao Caldas e aos cristãos-novos)!

Da acção de Martim Lopes, os pontos estratégicos para a passagem do Cávado resultava ficarem agora protegidos, “segurando-se” um terreno que ia de Braga até Ponte do Lima entretanto transformado em sede de Corregedoria “dos Antoninos” e daí até Monção.

Em Carta de 12 de Outubro Garcia Sarmiento dá conta do que se passava ou estava passando em de Braga.

Nesta data Braga estava levantada e amotinada e o próprio arcebispo em perigo de vida. Conta ele, em carta para o Conde de Benavente, que no dia dois de Outubro passado entrara D. António no Porto. Muita da gente do Porto, incluindo o Bispo, fora refugiar-se em Braga (onde, como vemos, se havia aclamado Filipe II). O filho Diogo Sarmiento que comandava uma hoste de 800 galegos tentara ir em socorro do Porto, mas já era tarde e não se arriscou. Retrocedeu – “não tiverão animo nem t... para a acometer” – disse Baldino revoltado (Baldino, 126). Então, juntamente com Pantaleão de Sá – capitão-mor do Porto que daí também havia fugido – vieram sobre Braga, onde se achou que os revoltosos “queriam matar ao Santo Arcebispo”. Ao que se apercebe, tinham a cidade cercada e tomada pela revolta presente nas ruas da cidade, tentando matar o Arcebispo e apoderar-se dos seus bens, saqueando o Paço e a Sé. A situação era, de facto, muito grave para o Arcebispo e os que tinha de seu lado. Era forçoso agir: Sarmiento terá conseguido entrar na cidade amotinada e “sacó al Açobispo y toda su gente y el bispo de Porto y mucha gente principal que habiam salido do Porto y trajolos en salvo a este lugar (Salvaterra). O Capitão sublinha o grande serviço que era para S. Magestade o haver tirado este sancto Arcebispo e Bispo (o do Porto) – por defenderem a V. M.” (*Bracara, 681-682*). Todos se foram refugiar a Galiza (para onde se terão partido em 20 de Outubro (*Rolo, 29*) até que passou o perigo).

Em 26 de Outubro foi registado em Vereação “como era verdade que por esta cidade estar despejada de gente (leia-se partidária de Filipe II) e o senhor arcebispo ausente della não havia governo na cidade (*Bartholomaeana, 22-23; Bracara, 683-684*), por motivo também de gente “estrangeira” que a cercava que “ia e vinha do Porto”. Na realidade, a cidade fora tomada, o seu Governo caído nas mãos de Martim Lopes de Azevedo!

Foi, porém, tudo lampejo de pouca dura.

O Porto cairia rápido às mãos de Sancho de Ávila (22 de Outubro de 1580).

Seguiu-se a perseguição dos espanhóis. Parece que traziam ordens para evitarem os saques (*citado em Rolo, 19*). Todavia, a prática não o parece ter comprovado pois que, na quase cómica expressão de Baldino “logo se meteram a roubar onestamente” por toda a Província (como, aliás, já tinham feito bravamente na própria cidade do Porto no testemunho do portuense Francisco Dias). A reviravolta foi rápida. Zapata (e suas bandeiras) entrou em Braga em 31 de Outubro. Não foram, pois, as armas dos naturais “por não haver (mais) revoltas neste povo”, mas as de Castela que pararam a revolta.

Regressaria o Prelado logo a seguir “depois de desbaratados D. António e as cidades de Braga e Porto tomadas”. E “havendo já alguma assossego posto que grande não fosse” – como diria Zurara! Em “1 de Novembro, dia de Santos terça feira a tarde chegou o Arçebispo q vinha de tuy” (Baldino, 128v. *Corrige-se e acerta-se agora o evento*).

No regresso – segundo Fr. Luís de Sousa – usou o Arcebispo de perdão e até protecção aos amotinados e revoltosos. Não se nega. Mas o perdão não terá sido assim tão geral. É facto documentado que houve. Na devassa a que se procedeu, saíram condenados à morte. Três penas capitais foram poupadas pelo Arcebispo (*doc em Rolo. 32*). Mas não sabemos quantas caíram e ficou igualmente documentado que o perdão foi selectivo e não foi geral. Vejamos nas palavras do próprio Arcebispo.

Em Carta de 11 de Novembro escreve de Braga para Filipe II: “recebi a carta de Vm. E do legado apostólico sobre os religiosos que deixando o habito e ficando apóstatas (!...) andaram na guerra neste arcebispado e bem assi a provisão para as suas justiças. Logo comecei a dar execução a dita provisão e por que vinha restricta passei outra minha contra algumas pessoas exclesiásticas que assi nos pulpitos e estações como fora dellas disseram palavras contra o que se deve ao serviço de V Magestade”. Entretanto sublinhava o cuidado que Filipe II tem mostrado em fazer mercê aos seus (*Idem, 685*). O Licenciado Caldas Pereira foi perseguido. Andou fugido por muitas partes. Parece que lhe valeu este italiano que o avisaria em Lisboa, para se pôr a muito resguardo, pois fora passada provisão particular para o apanharem (Baldino, *Idem*).

Do Prelado:

“Regressaria quando Felipe II. foi por todos recebido por Rei” – disse simplifadamente Fr. Luís de Sousa. De facto como vimos, veio antes. Foi depois Fr. Bartolomeu às Cortes com os procuradores de Braga escolhidos a dedo e votados, de pois de por si indigitados, de braço no ar. Aurélio Baldino, seu colaborador (e que com ele partiria para Tomar) agora já de novo em Braga, relatou-nos mais essa cena caricata e do claro e último envolvimento do Arcebispo: “quinta feira 26 de Janeiro 1581 mandarão juntar as 5 oras depois do meio dia os Çidadãos e povo desta Çidade no Paço na Casa de Hercoles pera enleger precuradores pera as Cortes e o senhor Arçebispo fez hũa pratica em que amostrava como o negocio era de muita emportança. Persuadió ao Povo e deu a entender que era bem que emlegessem e se quisessem descobertamente podião votar em Diogo de barros que era muito pera isso (o qual foi Capitão mor desta Çidade nestas guerras) e ho Doutor João nogueira que era muito pera isso e mais mereçia por ter la hido muitas vezes e passado muitos trabalhos. Alevantousse (porém), o Doutor gonçalo tinoco dizendo que se devia mandar votar secretamente e dar lhes juramento se vinhão sobornados todos os que avião de votar o ditto e se lhe respondeo: ia destes vosso parecer e o povo alevantousse e firmou

a ditto elleição e depois forão votar nos sobredittos e assinarão vendo que a elleição era muito clara e avontade de *Sua Senhoria* era essa. E se fez disso termo no l.º da Camara” (Baldino, 132. *E no tal Livro constam essas assinaturas, por sinal, dos estratos mais desfavorecidos dos mesteres*).

Estes “Precuradores”, deste modo eleitos (escolhidos pelo Arcebispo), partiram pouco depois: “Sabado 18 de Janeiro 1581 partirão desta Çidade de Braga os Precuradores das Cortes que manda fazer el Rey filippe Silicet. Diogo de barros omem fidalgo e leva consigo seu filho gonçalo manoele e o Doutor João nogueira que foi ia outras tres vezes” (Baldino, *Ibidem*).

Seguramente que as não pediu, mas nessas Cortes recebeu o Arcebispo de Filipe II as maiores deferências. Nas suas mãos fazia Filipe II o Juramento solene da tomada da Coroa e da garantia dos privilégios à Nação. Elas findas, lhe solicitaria a renúncia do Arcebispado, que obteve dias depois. Parece claro que não ambicionava nem estava agarrado ao poder temporal.

Após regresso iniciaria pelo arcebispado outra visita Pastoral. Começaria pela cidade. Mas pelo Entre Douro e Minho de novo se deparam ainda resistências, clara má vontade e até hostilidade ao Arcebispo. Em 17 de Fevereiro de 1581 encontrando-se a visitar Cervães – “húa Igreja longe desta Çidade húa legua e meia (confinante com as terras do Morgado de Azevedo e parte da freguesia ainda de seu senhorio) “disse-se aqui em Braga que (o Comendador) martin lopes dazevedo com gente armada fora affrontar o ditto senhor”. Tiveram que o ir buscar interrompendo a visita; “pelo que foram em socorro do Arcebispo: o Ouvidor e muita gente de cavalo e a pe e tornarão com elle” (Baldino, 133). E até na cidade continuava a resistência. Era necessário continuar com a “limpeza”. Em Abril foram mandadas degredar de Braga (despejadas da cidade) “todas as pessoas que parecer” que impediam a visitação do Arcebispo (ADB, *Rerum*, Liv. 3, fl. 91v).

Não era mais possível o retorno, mas a má vontade persistiu em muitos. Só isso justifica que ainda em Abril 1581 Filipe II mande que alcaides, meirinhos ou juizes guardem as igrejas das Vilas e Lugares que o Arcebispo por onde anda visitando e crismando, a fim de evitar “motins e arroidos e outras unioens” (ADB, *Corpo Cronológico*, 63; *Rerum*, Liv.3, fl. 93). E em Julho de 1582, na sequência de reforços para Guimarães, entravam novas companhias de soldados em Braga (Baldino, 149v).

Certamente um dos momentos bem difíceis para o Arcebispo. Tudo concorreria para que, aceite a sua renúncia, se recolhesse ao Seu Mosteiro de S. Domingos em Viana do Castelo para aí acabar os seus dias em 1590.

É também seguro que o seu sucessor se veria ainda obrigado a continuar a emudecer os “resistentes” punindo e suspendendo, por edital de 20 de Dezembro de 1582 e repetido em 1583, “todos os pregadores e confesores deste Arcebispado de qualquer qualidade, grao ou condiçam q sejam, assi regulares

como seculares assi religiosos mendicantes como nam mendicantes” (*Res. BN de Lisboa; ADB, Rerum, Liv. 3, fl.93v*).

A sorte de D. António, rapidamente despejado do Porto por Sancho de Ávila, e a sua impossibilidade de organizar qualquer resistência, fez dele um infeliz fugitivo, mas sempre acolhido pelas terras do Minho, por entre os poucos Condes de Abranches que lhe restavam, os populares, monjas e frades, até conseguir fugir do País. A Revolta de Braga tornava-se inconsequente e até inútil.

Os cabecilhas seriam perseguidos e o Martim Lopes de Azevedo para contento dos seus adversários acabaria nos calabouços das prisões do Limoeiro à ordem do usurpador (donde depois conseguiria fugir). Um a um, foram sendo quase todos apanhados, e ainda nesta caça se entretinham afadigosos perdigueiros pelos anos de Noventa: “Em todo o tempo que o Cardeal Alberto governou (até 1593) de continuo ouvi prisões e mortes por causa do senhor dom Antonio ... e ouve muitos justicados com forca e cutelo e asoutes” (Soares, 300).

Viriam, pois e também, as represálias até colectivas com os encargos do aboletamento das tropas castelhanas – muito irregularmente repartidos. Coube às populações do termo suportar os maiores encargos, queixando-se também os da cidade de opressão que ainda sobrava para eles.

Quase de imediato se viria a queixar o próprio Arcebispo da ocupação por parte cerca de dois mil soldados espanhóis, e *de tal modo oprimida com o encargo que as gentes que ficaram se queriam fugir dela*. Sobre esta matéria do aboletamento não parariam as queixas nos tempos futuros prolongando a Câmara os pedidos do Arcebispo (*Bracara, 687. 12 de Dezembro de 1580*). Finalmente Sancho de Ávila a ordens directas de Filipe (rogado pelo Arcebispo) II (segundo Baldino) mandou, então, sair o grosso da tropa. Todavia, a que ficou continuava a ser encargo demasiado “para cidade tão pobre”: “Que S. M. não deixe aqui mais que uns quinhentos homens”.

Recomendava-lhe, também, o Arcebispo que não lançasse taxas nem se exigisse dinheiro a ninguém “por que como os portugueses há muitos anos que se não tem visto em semelhantes trabalhos e estejam neles novos, estranham isto tanto que tenho pera mim que se lhes gerarão nos corações (ao menos para o tempo futuro) algumas cousas que não sejam do serviço de V. Magestade”, (Braga 11 de Novembro). Uma observação de Profeta!

Alegando ponderosas razões para isso: “que sua Magestade antes os privilegiasse pela muita lealdade que os cidadãos da cidade de bragua tinham mostrado nos motins e levantamentos passados” (Sousa, II.74).

Finalmente algum alívio veio: “dizem tambem q elRey escreveo a Sancho davila que logo tirasse agente que estava em Braga e que não entrasse mais na ditto Çidade e termo sem seu espeçial mandado. Pello q quinta feira 22 do ditto (mês) de dexembro se foi toda a soldadesca pera Guimaraens assi castilhanos

como tudescos e sairão todos em ordenança. Os tudescos (com) o seu barão e dō Rodrigo çapata de leom com os castilhanos e vão por todos nove bandeiras Silicet quatro de todescos e çinco de castilhanos e a Çidade mandou hir 60 carros de lavradores pera o fato e 30 e tantas bestas pera criados e molheres. Estiverão nesta Çidade çincoenta dias” (cometendo desacatos e latrocínios) (Baldino, 131).

Certamente um dos momentos bem difíceis para o Arcebispo. Tudo concorreria para que, aceite a sua renúncia (a que não deve andar alheia esta má vontade e hostilidade continuada das populações do Minho) se isolar no seu Convento de S. Domingos de Viana do Lima para, a resguardo e recolhido, aí acabar os seus dias em 1590.

Bibliografia citada

- Baldino***, Aurélio António - *O Diário de* (Em vias de publicação).
ADB. *Corpo Cronológico*.
ADB. *Rerum memorabilium* Liv. 1, 2 e 3.
Arq. BNL. Ms. 199. nº 87. (*Carta de perdão com anotação dos apaniguados de D. António que não recebem graça de perdão*).
BN de Lisboa. Reservados. 1119//3. A.
“**Bracara Augusta**”. Revista. Nº. 93 Ano 1990 (Quarto Centenário da Morte do Venerável D. Fr. Bartolomeu dos Mártires).
Caldas, José – *História de um fogo morto*. Porto.1919.
Correia, João Alberto de Sousa – *O Códice 42 do Seminário Conciliar*. Theologica. 2ª Série. 27.2. Braga. (1992).
Cunha, D. Rodrigo da – *Historia eclesiástica*. Ed. fac simulada José Marques, Braga. 1989.
Ferreira, Monsenhor J. Augusto – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Vol II. Braga. 1931.
– *Memórias Archeologicas Historicas da Cidade do Porto*. II. Braga. 1924.
Inventário das Gavetas das Cartas. Ed. Arq. Distrital de Braga. Braga. 1985.
Matos, Luís de – *Les Portugais en France au XVI.º Siècle*. Coimbra. 1952.
Meneses, João Afonso, Arcebispo – *Carta edital*. 1582 - BN Lisboa. Reservados. 1119//3. A
Oliveira, António – *Vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra. 2 vols. 1972.
Oliveira, Aurélio de – *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Porto. 1978.
– *Clima e colheitas em Portugal*. (No prelo).
– *O motim de Murça de 1587*. Porto. GHEVID. 1988.
– *A Revolta dos Escravos*. (Em preparação).
Rolo, Raul de Almeida – *O Patriotismo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Braga. 1964
Serrão, J. Veríssimo – *O Reinado de D. António I, Prior do Crato*. Coimbra. 1956
– *D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e a sucessão portuguesa de 1580*. Munster-Westfalen.1964.
– *História de Portugal*. III. Lisboa. 1978.
Soares, Pero Ruiz – *Memorial*. Ed. M. Lopes de Almeida. Coimbra. 1953.
Sousa Fr. Luís de – *Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires*. Clássicos Sá da Costa. 3 vols. Lisboa.1946-1948.